

**PROJETO DE LEI Nº 011/2025**

EMENTA: Altera a Lei Municipal nº 317/2024 que dispõe sobre o pagamento do Componente de Qualidade no âmbito da Atenção Primária à Saúde, para regulamentar o repasse do Componente de Telessaúde destinado aos profissionais fixos da Equipe Multiprofissional (e-Multi).

**RANIERI MAZZILLE RAMOS DE MENESES, PREFEITO MUNICIPAL DE BRASILEIRA**, Estado do Piauí, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Brasileira, aprova e ela sanciona e promulga a seguinte Lei: *ete*

Art. 1º Fica acrescido à Lei Municipal nº 317/2024 os seguintes dispositivos normativos:

“Art. 1º A- O Componente de Telessaúde destinado à Equipe Multiprofissional (e-Multi), no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), correspondente a 100% do recurso, terá sua aplicação regulamentada da seguinte forma:

I – 90% (noventa por cento) do valor será destinado exclusivamente à divisão igualitária entre os profissionais fixos que compõem a equipe multiprofissional (e-Multi);

II – 10% (dez por cento) do valor permanecerá como margem de gestão administrativa, observando-se os critérios definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

§1º. A divisão dos valores prevista no inciso I deste artigo será realizada de forma igualitária entre todos os profissionais fixos da equipe multiprofissional (e-Multi), independentemente da categoria profissional.

§2º. Em caso de alteração na composição fixa da equipe multiprofissional (e-Multi), será realizado o recálculo proporcional do percentual de 90% (noventa por cento) destinado à divisão entre os profissionais, adequando-se à nova formação da equipe.”

**Art. 2º A-** O repasse do Componente de Telessaúde aos profissionais fixos da equipe multiprofissional (e-Multi) fica condicionado:

I – ao efetivo repasse dos recursos pelo Ministério da Saúde ao Município;

II – ao cumprimento da seguinte meta mensal de produção:  
a) realização mínima de 10 (dez) ações de Telessaúde por profissional da equipe multiprofissional; ou

b) participação mínima em 15% (quinze por cento) do total de ações de Telessaúde realizadas no mês.




§1º. O monitoramento das metas previstas neste artigo será realizado pela Coordenação de Ações Multiprofissionais, em conjunto com a Gerência e o Departamento de Atenção Primária à Saúde.

§2º. O não cumprimento das metas estabelecidas implicará na suspensão integral do repasse aos profissionais beneficiários.”

Art. 3º A- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brasileira aos 30(trinta) dias do mês de outubro de 2025.



**Ranieri Mazzille Ramos de Meneses**  
**Prefeito Municipal**

**ANEXO I A**  
**COMPONENTE DE TELESSAÚDE PARA OS PROFISSIONAIS EMULTI**

<b>Recurso para uso de TIC's em Telessaúde</b>	<b>valor do repasse pelo ministério da saúde</b>	<b>valor a ser dividido entre os profissionais fixos</b>
Percentual	100%	90%
e-Multi	\$ 2.500,00	\$ 2.250,00





## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade regulamentar a utilização do recurso destinado ao Componente de Qualidade vinculado às ações de Telessaúde, conforme previsto nas políticas federais de financiamento da Atenção Primária à Saúde. Esse componente representa um importante incentivo financeiro repassado ao município pelo Ministério da Saúde para fomentar a inovação e a digitalização dos serviços ofertados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O recurso em questão possui natureza variável e dependente da produção dos profissionais, sendo condicionado à execução de ações de teleconsultas, telemonitoramentos e demais atividades de Saúde Digital registradas e validadas nos sistemas oficiais de informação. Dessa forma, justifica-se que sua destinação ocorra sob a forma de gratificação de desempenho, assegurando que os profissionais que efetivamente realizem essas ações possam ser reconhecidos e estimulados a ampliar o acesso dos usuários aos serviços mediados por tecnologia.

Considerando o montante de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) repassado ao município, propõe-se que 90% desse valor seja destinado, em partes iguais, aos profissionais fixos da Equipe Multiprofissional, de forma a valorizar o desempenho e a dedicação de cada membro da equipe no desenvolvimento das ações de Telessaúde.

A aprovação desta Lei representa um avanço na valorização dos profissionais de saúde, incentivando o engajamento nas estratégias de cuidado digital e assegurando a consolidação da Saúde Digital no SUS, em consonância com as diretrizes do Ministério da Saúde. Além de estimular a produtividade e a resolutividade das equipes, o incentivo fortalece o compromisso do município de Brasileira com a inovação tecnológica, a ampliação do acesso e a qualidade do cuidado prestado à população.

Assim, encaminha-se este Projeto de Lei à apreciação desta Egrégia Câmara Municipal, confiando na sua aprovação como medida de reconhecimento ao trabalho das equipes e de fortalecimento das políticas públicas de saúde no município.

Atenciosamente,



Ranieri Mazzilli Ramos de Meneses

Prefeito Municipal